

Desenvolvimento humano municipal: uma abordagem sob a ótica econômica

RESUMO

Maristela Frederico
maristelaadv@yahoo.com.br
Universidade Tecnológica Federal do
Paraná. Curitiba. Paraná. Brasil.

Nas últimas duas décadas, o Brasil se direcionou ao desenvolvimento econômico-social por meio de transferências de recursos aos Estados e aos Municípios. A implementação de políticas públicas, principalmente, na área da saúde e educação, impacta positivamente na renda per capita, no desempenho social e, conseqüentemente, no desenvolvimento municipal. O presente artigo se propõe a discutir o desenvolvimento humano municipal do Estado do Paraná, a partir de uma apreciação das teorias econômicas, para tanto, utiliza-se da metodologia bibliográfica. Primeiramente, contextualiza-se o desenvolvimento econômico municipal, no âmbito da descentralização de competência; da diferenciação com o crescimento econômico, dos aspectos socioeconômicos, das transformações sociais. Posteriormente, descreve-se e explora os aspectos norteadores do índice de desenvolvimento humano municipal no Estado do Paraná. Ao final, propagam-se algumas notas conclusivas sobre o trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento humano municipal; Teorias Econômicas e desempenho social.

1 INTRODUÇÃO

Em 1998, o Brasil criou Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) ao adaptar e calcular um IDH subnacional para todos os municípios brasileiros, com dados municipais, fundamentos em informações coletadas no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No cálculo do IDH-M consideram-se três dimensões: longevidade; educação e renda per capita.

As circunstâncias econômico-sociais de um Município podem ser mensuradas a partir do Índice de desenvolvimento humano (IDH), o qual possibilita ao Gestor Público acompanhar a evolução das políticas públicas, principalmente, na área da saúde e educação, bem como, o desenvolvimento da economia municipal. Isto porque o IDH é uma medida resumida das condições básica de existência de uma população, centrada na mensuração do desenvolvimento da: educação; longevidade (a qual inclui a saúde, dentre outras políticas públicas) e renda.

O IDH-M auxilia o gestor público na tomada de decisão atinente à destinação de recursos públicos, com o fornecimento de informações de quais áreas necessitam mais atenção e recursos financeiro para implementação de políticas públicas.

Nesse contexto, o presente artigo tem por finalidade explorar o desenvolvimento humano municipal sob a ótica econômica, bem como, apresentar como o IDH-M é formado e suas implicações nos avanços econômico-sociais dos Municípios do Estado do Paraná. Para isto, faz uso da pesquisa bibliográfica, com fundamento, principalmente, em artigos científicos relacionados ao tema proposto.

2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL EM DECORRÊNCIA DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIA

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagrou o Município como entidade federativa indispensável ao nosso sistema federativo, integrando-o na organização político-administrativa e garantindo-lhe plena autonomia (MORAES, 2012). Essa descentralização do poder público tinha por objetivo viabilizar o desenvolvimento regional, bem como transferir aos Municípios a competência e a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico; social e ambiental. A esse respeito, cumpre destacar que a região é um conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao resto do mundo (LEMOS, 1988, apud LIMA et. el., 2010).

A partir da Constituição (BRASIL, 1988) os Municípios passam a integrar o quadro de ente da Federação brasileira, com poderes para eleger seu prefeito; criar Leis no âmbito municipal; arrecadar impostos; empregar seus recursos e organizar e administrar os serviços municipais, bem como, desenvolver o município economicamente.

Aos Municípios foram transferidas as mesmas responsabilidades de garantidor de implementação de políticas públicas atribuídas aos entes públicos, Federal e Estadual, mas com enfoque local. A Constituição Federal dispõe, por exemplo, em seu artigo 170, que a ordem econômica, será fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Dessa forma, compete ao Município desenvolver políticas municipais que visam à erradicação da pobreza, das desigualdades e a promoção do bem de todos. Mas, é sabedor que o desenvolvimento econômico por igual de uma nação é um problema enfrentado por diversos países, visto que cada região tem suas particularidades internas para se desenvolver, como riquezas próprias; clima apropriado para agricultura, legislações locais de incentivo fiscal. Pelo contrário, é um processo bastante irregular e uma vez iniciado em determinados pontos possui a característica de fortalecer áreas mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento. (LIMA, et. al., 2010).

Nesse contexto, há também os entraves externos aos típicos de um país periférico no sistema capitalista global. Entretanto, o Brasil é tipicamente um país com distribuição de renda e desenvolvimento desigual, onde uma região espacial é mais rica que outra. E a noção de espaço introduzida pelo teórico François Perroux, segundo Lima et. al. (2010) descarta o conceito de espaço euclidiano e utiliza o conceito matemático de espaço abstrato, mais adequado para analisar as inter-relações econômicas. Desta forma existiriam tantos espaços econômicos quantos fossem os fenômenos econômicos estudados.

E o que ensina PERROUX (1967, p.158; apud LIMA, 2010):

“uma unidade de produção, ocupa um espaço vulgar, onde se situam seus meios materiais e pessoais e três espaços econômicos:

1.o espaço definido como conteúdo de um plano, sendo este entendido como o conjunto das relações estabelecidas entre a empresa, seus fornecedores de input e seus compradores de *output*. É mutável no tempo e independe de seu espaço vulgar;

2. o espaço definido como campo de forças, constituído por centros de emanção de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro tem seu próprio campo, que é invalidado pelos campos de outros centros. A zona de influência econômica da empresa é determinada por sua capacidade de atrair elementos econômicos e pode ou não estar relacionada à sua zona de influência topográfica; e

3. o espaço definido como conjunto homogêneo. As relações de homogeneidade dizem respeito às unidades ou às relações entre estas unidades (quaisquer que sejam as coordenadas no espaço vulgar, o espaço econômico ocupado por estas empresas é o mesmo). A determinação destes espaços econômicos é bastante complexa, pois “o espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos”.

Diante dessa descentralização de competência, torna-se de extrema relevância à análise do crescimento e do desenvolvimento municipal, em seus diversos aspectos tratados pelo indicador sintético humano, para uma melhor compreensão do desenvolvimento econômico do país como um todo.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

As discussões intensas sobre a diferença entre os termos desenvolvimento e crescimento já ficaram para trás e hoje, os conceitos de ambos são mais compreensíveis, entretanto, as expressões são, por vezes, utilizados como sinônimos, dessa forma, para contextualizar o tema cumpre apresentar ambos os conceitos.

A palavra crescimento é oriunda do latim *creocere* e denota aumento em número, em volume, em peso e em intensidade, por um processo contínuo. Já o desenvolvimento remete a ideia de mudança, implicando na passagem de uma estrutura global a outra mais perfeita (Ávila, 1967).

A expressão desenvolver vem do prefixo *des* que equivale à negação mais a palavra *envolver*. Assim, também significa o contrário de *envolver*, manter incluso. O desenvolvimento é um processo inédito e irreversível de mudança social, por meio do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado Segundo (Ávila, 1967).

Bresser-Pereira (2006) defende que o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

O termo desenvolvimento é empregado de maneira multidisciplinar, pois, está presente em diversas áreas do conhecimento como: nas ciências biológicas, essa palavra pode estar associada à passagem gradual, protagonizada por um determinado ser vivo, de um estado inferior para um estado mais aperfeiçoado, no qual ele esteja dotado de melhores condições de sobrevivência (FURTADO, 1981, apud BARACHO; FAUVRELLE, 2012).

Nas ciências exatas, a palavra desenvolvimento pode estar relacionada ao desenrolar natural de uma determinada reação física. Já nas ciências sociais, como é o caso da Economia, o termo desenvolvimento encontra-se, em geral, associado ao desenvolvimento humano; o processo no qual a sociedade humana busca melhor realizar as suas virtualidades e potencialidades (FURTADO, 1981, apud BARACHO; FAUVRELLE, 2012).

Assim, o desenvolvimento econômico se daria por intermédio de arranjos econômicos e sociais planejados pela organização pública, a qual, determinada a atingir o desenvolvimento econômico regional, estabelece regras de comportamento para os agentes econômicos e para a população. Nesse diapasão, o desenvolvimento é uma variável oriunda do crescimento, ou seja, só haverá desenvolvimento econômico se houver crescimento econômico.

O desenvolvimento difere do mero crescimento econômico por diversos elementos, o primeiro deles é que o desenvolvimento econômico é uma mudança qualitativa mais do que quantitativa; é mudança social mais do que econômica. Já o crescimento econômico está relacionado ao aumento quantitativo, por exemplo, do produto interno bruto *per capita* (PIB – *per capita*).

4 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

O país passa por uma anormalidade organizacional com grandes transformações econômicas, com isso, os pequenos municípios brasileiros sofrem intensas pressões para a manutenção da prestação dos serviços públicos. O desenvolvimento socioeconômico brasileiro se realiza por meio de transferências de recursos aos Estados e aos Municípios que impactando positivamente na renda per capita e no desempenho social.

Nessa linha de raciocínio, faz-se necessário agora averiguar o desenvolvimento socioeconômico, pois, é por meio dele que será analisado se o desempenho do ente público foi proporcional ao crescimento econômico, ou seja, se o aumento e a alocação do PIB originado se conjecturaram na efetivação de políticas públicas para a população.

É sabedor que a Constituição Federal do Brasil estabelece em seu artigo 3º, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais. Cumpre atentar que os objetivos expostos na Constituição Federal do Brasil, consistem em algo exterior que deve ser perseguido e atingido pelo Governo (Bastos, 2001). Assim, o desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais e regionais são metas irrecusáveis, as quais devem ser planejadas e executadas pelo Governo.

A igualdade social também é importante para melhorar os resultados econômicos e a qualidade de vida. As áreas metropolitanas são grandes "máquinas de produção de dinheiro", mas seus recursos - renda, saúde, educação, infraestrutura etc. - são distribuídos de forma desigual, tipicamente por meio de normas de alocação que são padrões específicos de gênero ao longo de categorias de pessoas socialmente definidas (Souza e Barcelo, 2016).

A esse respeito, Burdett et al (2016) ao analisar as desigualdades e padrões de crescimento urbano no mundo, expôs que existem diferenças igualmente disparadas nos padrões de aniquilamento das desigualdades. Todas as cidades apresentam algum nível de desigualdade, sendo em algumas são mais visíveis do que outras, dependendo dos seus contextos nacionais e regionais, e do nível de desenvolvimento econômico e informalidade.

Pressupõe que quando o PIB aumenta, há um aumento no crescimento e no desenvolvimento econômico, e, conseqüentemente, um aumento na distribuição de renda e uma diminuição das desigualdades sociais. Pensando assim, o aumento do PIB deveria conduzir-se para o aumento do índice de desenvolvimento humano.

5 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Na história econômica do Brasil uma constância recente é uma alta concentração na repartição de receitas, isto após a promulgação da Constituição Federal ou Constituição cidadã. Esta distribuição de renda primeiramente se concentrou no direito fundamental à moradia, concedendo créditos a classe de baixa renda, como no incentivo a aquisição da casa própria por meio do programa minha casa minha vida.

Vale lembrar que a economia brasileira, tanto no século XIX e primeira metade do XX, era orientada pelo cultivo da terra e pela exportação de produtos primários, Essa concentração continuou, pois os setores industriais que foram implantados apresentaram alta intensidade de capital e posteriormente houve o aumento da inflação, onde os grupos de baixa renda foram os que mais sofreram (AMANN, *et. al*, 2012).

Segundo PNUD (2013) o Brasil teve a taxa média de crescimento anual no período 1995-2003 de 2,2%. Mas, o crescimento substancial ocorreu entre 2004 e 2008, quando a taxa de crescimento anual foi de 4,8%. Houve uma quebra em 2009, como resultado da crise mundial, quando o crescimento foi de -0,6%. No entanto, no crescimento de 2010 saltou para 7,5%. Em comparação com as experiências de crescimento de muitos países asiáticos, essa não é uma conquista espetacular. No entanto, a aceleração no crescimento ajudou as taxas de desemprego a diminuir. Ao final de 2010, o desemprego formal no Brasil atingiu um mínimo histórico de 5,7%, segundo AMANN, *et. al* (2012).

A renda por pessoa, entre 1950 e 1980, cresceu 4,5% ao ano; desde então, cresce menos de 1% ao ano; em 2014, estagnou; em 2015 e 2016, essa renda caiu mais do que 8%. Entre 1980 e 2014, enquanto a renda por pessoa dos brasileiros aumentou 1,4 vezes e a dos tailandeses, 4 vezes; dos sul-coreanos, 6,3 vezes; e a dos chineses, 17,5 (Bresser-Pereira, 2017). Para Bresser-Pereira (2017) a economia brasileira está quase-estagnada desde 1980, e em retrocesso econômico desde 2014. Enquanto que na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) do ano de 2017, destaca-se que 18,1% da população da Região Sul vive do rendimento da aposentadoria/pensão.

Cumprir lembrar que o declínio da desigualdade foi acompanhado pelo crescente destaque econômico do Brasil. Entretanto, parece haver um debate substancial sobre as circunstâncias que levaram ao declínio da desigualdade. Alguns alegaram que isso se deveu à introdução de um programa de transferência de dinheiro na administração de Fernando Henrique Cardoso, que foi consolidado pelo governo Lula no que veio a ser conhecido como Bolsa Família. Não há dúvida de que o Bolsa Família eliminou boa parte da pobreza nos grupos de mais baixa renda. No entanto, como a soma que gastou nele, no máximo, 1% do PIB é questionável se este programa teve um impacto distributivo subjacente substancial (AMANN *et. al.*,2012)

Isto é especialmente interessante quando o afrontamos com o montante que o governo gasta no serviço de dívida, o que equivale a pelo menos 7% do PIB. Os proprietários dessa dívida não pertencem, em geral, aos grupos de menor renda. Outros analistas atribuem a melhoria na distribuição de renda mais à eliminação da inflação e ao aumento substancial do salário mínimo real que influenciou não apenas a renda dos grupos mais pobres, além disso, mas outros (AMANN *et. al.*,2012).

Nesse contexto, o que se vislumbra é a desigualdade na distribuição de renda no Brasil, visto que a maior parte da renda se concentra nas mãos de uma parte mínima da população. Assim, para que o Brasil se desenvolva economicamente mister se faz o aniquilamento das desigualdades sociais.

6 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DECORRENTE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, desde 1960, defendia que era necessária uma ampla mobilização social e política para aplicar estratégias de desenvolvimento. Por sua vez, Celso Furtado, em 1961, era ministro extraordinário para assuntos de desenvolvimento econômico no Governo de João Goulart, quando desenvolveu uma estratégia de acordo com a tradição cepalina, que, por um lado, aumentaria e igualaria a produtividade na economia e, por outro, reduziria as disparidades sociais (BIELSCHOWSKY, 2009).

Para Furtado, a crise econômica pela qual passava o país era, antes de qualquer coisa, uma crise do modelo de desenvolvimento, e que só poderia ser superada com o aprofundamento do próprio modelo, ou seja, com a ampliação do mercado interno, por meio da reforma agrária e de outras políticas voltadas à redistribuição de renda (GIAMBIAGI, 2011).

O desenvolvimento econômico é um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas por meio de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas (Furtado, apud Ávila, 1967).

Bresser-Pereira (2006) defende que o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. Nessa linha, o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção.

A mudança social que acompanha o processo de desenvolvimento, segundo Ávila (1967) pode reduzir-se a três pares de variáveis sociológicas: a mudança ecológico-profissional; a demográfico-familiar e a ideológico-cultural. A mudança ecológico-profissional está relacionada ao ambiente de vida (habit), mobilidade geográfica, migrações, urbanização e urbanismo. A essa mobilidade profissional e social corresponde a dinâmica demográfica, a qual é vista num primeiro momento por meio da baixa da mortalidade e depois, por intermédio da natalidade, chamada de transição demográfica. O processo de humanização da vida e trabalho humano traduz-se na transformação e ampliação dos horizontes culturais, bem como na mudança em sentido personalíssimo dos valores ideológicos e políticos.

BRESSER-PEREIRA (2006) defende que o quadro econômico-social em que esse processo histórico tem início é o da Revolução Capitalista; o quadro político é o da formação dos modernos estados-nação; o quadro ideológico é o do liberalismo e do nacionalismo; o quadro cultural é o da transição para a modernidade ou para o capitalismo enquanto sistema, além de econômico, cultural.

O desenvolvimento econômico-social promove o crescimento populacional, que por sua vez implica num aumento da efetivação das Políticas públicas. Com isso, os Municípios suportam o ônus maior para implementação de políticas públicas locais como: educação; saúde; segurança e infraestrutura. Mesmo diante

de tantas demandas o Município de Pinhais obteve nota elevada no Índice de Desenvolvimento Humano.

7 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO-IDH

Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH é uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento, segundo informações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2018).

O IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Quando foi criado o IDH tinha por objetivo oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Dessa forma, o IDH visa mensurar o bem estar de uma população e, para tanto, aprecia três dimensões: Educação, Longevidade e Renda (PNUD, 2018)

O PNUD publica anualmente um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) global, com o cálculo do IDH de grande parte dos países do mundo. O RDH é corroborado pelas Nações Unidas como uma importante ferramenta para aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo. Com sua riqueza de dados e abordagem inovadora para medir o desenvolvimento, o RDH tem um grande impacto no desenvolvimento humano no mundo todo. Os RDHs incluem o IDH e apresentam dados e análises relevantes à agenda global e abordam questões e políticas públicas que colocam as pessoas no centro das estratégias de enfrentamento aos desafios do desenvolvimento. Além dele, são publicados periodicamente centenas de RDHs nacionais, incluindo os do Brasil. Até hoje, o PNUD Brasil já publicou três Relatórios e dois Atlas de Desenvolvimento Humano nacionais, segundo informações do PNUD (acesso em 08 jun. 2018).

No Brasil, o primeiro RDH foi feito em 1996, o qual não tinha um tema específico, mas dava um panorama geral sobre as questões sociais no Brasil. O segundo relatório foi, de fato, um Atlas: preparou os IDH-M para todas as cidades brasileiras em 2000. O terceiro, feito em 2005, tratou de questões relacionadas a racismo, pobreza e violência, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro 2009/2010.

O IDH é uma medida resumida das condições básicas de vida de uma população, focada nas dimensões: saúde, conhecimento e padrão de vida/renda. Nesse diapasão, o IDH é publicado dentro de um Relatório de Desenvolvimento Humano e é a parte do RDH que mais chama a atenção, pois, resume várias discussões em números, promovendo o conhecimento e o entendimento de maneira mais compreensível.

Em 2003, no Brasil, foi desenvolvido IDH-M o qual inclui dados municipais, com fundamento em informações coletadas no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O PNUD apresentou no Relatório de Desenvolvimento Humano Global de 2013, o IDH de 187 países e territórios. A metodologia aplicada em 2013 para o IDH global compreende quatro variáveis: Na saúde a variável é a esperança de vida

ao nascer. Na educação é a combinação de duas variáveis – média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e expectativa de anos de estudo. Na renda a variável é a Renda Nacional Bruta per capita. No IDH Global do RDH 2013 as três dimensões têm o mesmo peso, as médias são geométricas, e as faixas de desenvolvimento humano dos países são definidas ano a ano, a depender dos IDHs observados, e divididas entre baixo, médio, alto e muito alto desenvolvimento humano.

8 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ESTADUAL

O IDH-M - Paraná é 0,749, em 2010, o que situa essa Unidade Federativa (UF) na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDH-M entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDH-M da UF é Longevidade, com índice de 0,830, seguida de Renda, com índice de 0,757, e de Educação, com índice de 0,668, conforme figura a seguir:

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Estado - Paraná

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,298	0,522	0,668
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	29,11	41,95	55,53
% de 5 a 6 anos na escola	31,06	65,86	90,35
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	49,20	74,62	89,13
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	24,94	59,29	65,58
% de 18 a 20 anos com médio completo	15,54	32,99	48,05
IDHM Longevidade	0,679	0,747	0,830
Esperança de vida ao nascer	65,71	69,83	74,80
IDHM Renda	0,644	0,704	0,757
Renda per capita	439,09	638,27	890,89

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

O IDH-M entre os anos de 2000 e 2010 no Estado do Paraná passou de 0,650 em 2000 para 0,749 em 2010 - uma taxa de crescimento de 15,23%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDH-M da UF e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 71,71% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,146), seguida por Longevidade e por Renda. E entre 1991 e 2000 passou de 0,507 em 1991 para 0,650 em 2000 - uma taxa de crescimento de 28,21%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 70,99% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,224), seguida por Longevidade e por Renda.

E entre 1991 e 2010, o IDH-M da UF passou de 0,507, em 1991, para 0,749, em 2010, enquanto o IDHM do Brasil passou de 0,493 para 0,727, respectivamente. Isso implica em uma taxa de crescimento de 47,73% para a UF e 47% para o país; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 50,91% para a UF e 53,85% para o Brasil. Na UF, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,370), seguida por Longevidade e por Renda. No Brasil, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

9 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

As análises e as comparações entre indicadores, municípios e anos, são confeccionadas apenas dentro da plataforma do Atlas Brasil 2013. Esta nova plataforma traz como novidade IDH-M calculado com uma nova metodologia, bem como atualizações e ajustes necessários de todos os indicadores componentes dos subíndices com o objetivo de possibilitar uma análise das tendências do desenvolvimento humano nos municípios ao longo das últimas décadas (PNUD, 2013).

O IDH-M tem como inspiração o IDH, mas diferencia-se de seu cálculo em função dos ajustes que sofre para melhor se adequar à realidade brasileira (PNUD, 2013). A medição do IDH-M vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de zero, pior é o desenvolvimento humano no Município e quanto mais perto do indicador um, melhor é o desenvolvimento humano no Município. A esse respeito, o maior IDH-M do Brasil equivale em torno de 0,86 (São Caetano do Sul) e o menor a 0,42 (Melgaço), conforme representação gráfica abaixo:

O IDH-M, exposto no Atlas 2013, possui uma nova metodologia. Embora versões anteriores (Atlas 1998 e Atlas 2003) já apresentassem dados para os anos de 1991 e 2000, toda a base de dados do novo Atlas Brasil 2013 foi recalculada para esses anos, em razão da adaptação metodológica. Por esse motivo, toda comparação entre anos, indicadores e municípios deve ser realizada dentro da plataforma do Atlas Brasil 2013. Embora inspirado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – global, o IDHM possui ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inatas aos municípios. Por isso, não é possível realizar qualquer tipo de comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país, por exemplo. A construção da metodologia de cálculo do IDHM teve como objetivo adequar a metodologia do IDH global para: a) • Ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores – os municípios; b) Adaptar a metodologia do IDH global aos indicadores disponíveis nos Censos Demográficos brasileiros, de forma a garantir mesma fonte de dados e comparabilidade entre todos os municípios brasileiros (PNUD, 2013).

Na efetivação do cálculo do IDH-M são consideradas as mesmas dimensões do IDH, entretanto, os indicadores empregados são três: longevidade; educação e renda. O cálculo IDH-M Longevidade tem por base o indicador expectativa de vida. A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do IDH-M. O IDH-M Educação é calculado levando em consideração a taxa de alfabetização e a taxa bruta de frequência à escola, esta tem por base as proporções de crianças e jovens, em idade escolar, frequentando ou tendo completado determinados ciclos. Por fim, o IDH-M renda que proporciona uma dimensão do desenvolvimento econômico, sendo composto por alguns indicadores, dentre eles o PIB per capita, o qual é a soma de tudo o que se produz no Município dividido pela respectiva população.

Outro indicador do desenvolvimento econômico é o índice de Gini, o qual mede o grau de concentração de renda. Este índice demonstra a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Nesse contexto, observa-se que ao longo do período a renda per capita foi amplamente usada para estimar o desenvolvimento de uma região, entretanto, faz-se necessário valorar outros indicadores, para um melhor desempenho da gestão pública e implementação das políticas públicas municipais.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os índices são formados por diversos indicadores sintéticos e são ferramentas que possibilitam um maior controle da gestão pública e da implementação das políticas públicas, em favor do crescimento e desenvolvimento econômico municipal. Os indicadores abordados neste artigo podem ser ferramentas propícias para guiar a gestão pública no âmbito municipal, sendo, teoricamente, um esboço da ação de Governo.

A diferença salutar entre desenvolvimento e crescimento econômico é que, o desenvolvimento econômico é uma mudança qualitativa e social, enquanto que o crescimento é mudança quantitativa e econômica, ou seja, para o tema ora abordado, está intrinsecamente relacionado ao aumento do produto interno bruto per capita (PIB – per capita).

Nesse viés, o desenvolvimento é uma variável oriunda do crescimento, ou seja, só haverá desenvolvimento econômico se houver crescimento econômico. O desenvolvimento econômico ocorre por intermédio de arranjos econômicos e sociais, planejados e efetivados pela organização pública municipal, a qual, determinada a atingir o desenvolvimento econômico local, intervém na economia, estabelecendo normas de comportamento para os agentes econômicos.

O desenvolvimento econômico-social promove o crescimento populacional, que por sua vez implica num aumento da efetivação das Políticas públicas. Dessa forma, difere o desenvolvimento do mero crescimento econômico por diversos elementos, o primeiro deles é que o desenvolvimento econômico é uma mudança qualitativa mais do que quantitativa; é mudança social mais do que econômica. Já o crescimento econômico está relacionado ao aumento quantitativo, por exemplo, do produto interno bruto per capita (PIB – per capita). Assim, o aumento do PIB implica num avanço no crescimento e no desenvolvimento econômico-social, e, conseqüentemente, em um aumento na distribuição de renda e uma diminuição das desigualdades sociais.

Nesse contexto e numa análise mais detida do desenvolvimento municipal em face dos indicadores sintéticos explorados neste artigo, observa-se que ao longo do período a renda per capita foi, historicamente, utilizada para aferir o desenvolvimento da região. Entretanto, somente a análise dessa variável não condiz com a realidade humana, não sendo possível avaliar se a efetivação das políticas públicas foram eficazes e eficientes, assim, é necessário valorar outros indicadores, para um melhor desempenho da gestão pública e implementação das políticas públicas municipais.

Após as devidas descrições e análises, conclui-se que diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que analisa o crescimento de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda per capita, a abordagem de desenvolvimento humano analisa diretamente as pessoas, sob três dimensões: longevidade; educação e renda; mas deixa analisar sua interação com meio ambiente, o que se recomenda para uma próxima análise.

Municipal human development: an approach from an economic perspective

ABSTRACT

In the last two decades, Brazil has directed itself towards economic and social development through resource transfers to states and municipalities. The implementation of public policies, especially in the area of health and education, positively impacts per capita income, social performance and, consequently, municipal development. This paper aims to discuss the municipal human development of the State of Paraná, based on an appreciation of economic theories. To this end, we use the bibliographic methodology. Firstly, the municipal economic development is contextualized, within the scope of the decentralization of competence; differentiation with economic growth, socioeconomic aspects, social transformations. Subsequently, it describes and explores the guiding aspects of the municipal human development index in the state of Paraná. At the end, some concluding notes about the work are propagated.

KEYWORDS: Municipal Human Development; Economic theories and social performance.

REFERÊNCIAS

ATLAS. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM- Pinhais, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/732>. Acesso em: 01 jun. 2018.

ÁVILA, Fernando Bastos de. Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo. 1ª Edição. Rio de Janeiro, 1967.

BARACHO, Hertha Urquiza; FAUVRELLE, Thiago A. Desenvolvimento Econômico: O Conceito Histórico Na Constituição Brasileira. Disponível em: <www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=483101a6bc4e6c46>. Acesso em 01 jun.2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la Cepal: estructuralismo y neoestructuralismo. Revista de La Cepal, n. 97, Abril de 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Como sair do regime liberal de política econômica e da quase-estagnação desde 1990. Estudos Avançados 31 (89), 2017.*

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Conceito Histórico De Desenvolvimento Econômico. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>>. Acesso: em 01 jun. 2018.

BOYER, Robert. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? Economia e Sociedade, Campinas (12): 1-20, jun.1999.

BURDETT, Ricky et al. Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável Urbano - Parte I. Poverty In Focus: A new urban paradigm: pathways to sustainable development. The International Policy Centre for Inclusive Growth. United Nations Development Programme, december 2016.

GIAMBIAGI, F.; Barros de Castro, L.; Villela, A.; Hermann, J. Economia Brasileira Contemporânea. 2ª Ed. Elsevier – Campus. São Paulo, 2011.

GIL, Carlos Antônio. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1989.

IBGE – PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017. Agência de Notícias Última Atualização: 11/04/2018 18:14:45. disponível em:
<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017.html>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

IBGE – Gráfico Dinâmico, animação suplemento PNAD. Disponível em:
<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplemento_educacao/graficos_dinamicos/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Estudo sobre a situação social nos estados do Paraná e Ceará. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/120201_relatorio_situacaosocial_pr.pdf>. Acesso em: 07 de jun. 2018.

LIMA, Ana Carolina Da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias Clássicas Do Desenvolvimento Regional E Suas Implicações De Política Econômica: O Caso Do Brasil. Rde - Revista De Desenvolvimento Econômico. Ano Xii Nº 21 Julho De 2010 Salvador, BA, Pp.05-19.

PNAD. Índice Desenvolvimento Humano. Disponível em:
<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Valores e Desenvolvimento Humano 2010/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. – Brasília, 2010.xx p.: il.ISBN 978-85-88201-08-8. Disponível em:
<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-rdh_brasil_2009_2010.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. 7ª Ed. Atlas S.A. São Paulo, 1978.

Recebido: 13 abr. 2021.

Aprovado: 12 jun. 2021.

DOI: 10.3895/rbpd.v10n3.11397

Como citar: FREDERICO, M. Desenvolvimento humano municipal: uma abordagem sob a ótica econômica.

R. bras. Planej. Desenv. Curitiba, v. 10, n. 03, p. 398-412, set./dez. 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Maristela Frederico

Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, Curitiba - PR

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença CreativeCommons-Atribuição 4.0 Internacional.

